



JUSTIÇA FEDERAL
CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL

SESSÃO DO CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL
SESSÃO ORDINÁRIA DE JULGAMENTO DE 13/02/2023 - 11:00

Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA

001) 0000005-20.2022.4.90.8000 - Processo Administrativo Comum

Tipo da Matéria: Solicitações de Créditos Adicionais

Partes: Justiça Federal (Interessada)

Descrição: Referendo das Resoluções CJF n. 813/2022, n. 815/2022, n. 816/2022 e n. 817/2022, que tratam da abertura de créditos adicionais suplementares em favor da Justiça Federal.

002) 0000183-13.2022.4.90.8000 - Recurso Administrativo

Partes: Rosane Rocha dos Santos (Recorrente) e Secretário-Geral do Conselho da Justiça Federal (Recorrido)

Descrição: Recurso Administrativo interposto por Rosane Rocha dos Santos, servidora aposentada do Conselho da Justiça Federal, em face da decisão proferida pelo então Secretário-Geral, que indeferiu pedido de restituição dos proventos, em sua integralidade, decorrentes da acumulação da aposentadoria auferida no CJF com os proventos de pensão militar.

003) 0001002-13.2021.4.90.8000 - Procedimento Normativo

Tipo da Matéria: Alteração de atos normativos

Partes: Conselho da Justiça Federal (Interessado), Tribunal Regional Federal da 1ª Região (Interessado), Tribunal Regional Federal da 2ª Região (Interessado), Tribunal Regional Federal da 3ª Região (Interessado), Tribunal Regional Federal da 4ª Região (Interessado), Tribunal Regional Federal da 5ª Região (Interessado) e Tribunal Regional Federal da 6ª Região (Interessado).

Descrição: Procedimento instaurado para uniformização da metodologia de cálculos das parcelas remuneratórias proporcionais, para fins de uso no SERH, com alteração da Resolução CJF n. 4, de 14 de março de 2008, e da Resolução CJF n. 3, de 10 de março de 2008.

004) 0003402-07.2022.4.90.8000 - Pedido de providência

Tipo da Matéria: Magistratura Federal

Partes: Ajufe - Associação dos Juizes Federais do Brasil (Requerente)

Descrição: Submete ao Plenário do Conselho da Justiça Federal a apreciação da extensão dos efeitos da decisão de Id. 0406293, proferida na sessão virtual realizada no período de 16 a 18 de novembro de 2021, aos não associados da Associação dos Juizes Federais do Brasil - AJUFE, quando do requerimento administrativo.

005) 0000664-49.2021.4.90.8000 - Procedimento Normativo

Tipo da Matéria: Planejamento Estratégico

Partes: Justiça Federal (Interessada)

Descrição: Proposta de alteração do Plano Estratégico de Gestão de Pessoas da Justiça Federal (PEGP) para o período de 2021 a 2026, constante do Anexo da Resolução n. 750/2022, de 22 de fevereiro de 2022, elaborada de forma colaborativa, por grupo de trabalho, composto por servidores da Secretaria de Estratégia e Governança e de Gestão de Pessoas do Conselho da Justiça Federal, bem como por representantes das unidades de gestão de pessoas dos Tribunais Regionais Federais.

006) 0000148-45.2019.4.90.8000 - Consulta

Tipo da Matéria: Incorporação de quintos/décimos

Partes: Tribunal Regional Federal da 5ª Região (Consulente), Sindicato dos Servidores do Poder Judiciário e do Ministério Público da União no Distrito Federal - SINDJUS/DF (Recorrente), Secretário-Geral do Conselho da Justiça Federal (Recorrido) e Justiça Federal (Interessada)

Descrição: Recurso Administrativo interposto pelo Sindicato dos Servidores do Poder Judiciário e Ministério Público da União no Distrito Federal SINDJUS/DF, em face da decisão proferida pelo Secretário-Geral do Conselho da Justiça Federal, na presente consulta, bem como nova consulta formulada pelo Tribunal Regional Federal da 5ª Região acerca da interpretação do caput do art. 1º da Lei n. 14.523/2023, quanto ao reajuste ou absorção dos valores de quintos/décimos incorporados por servidores no período de 08/04/1998 a 04/09/2001, amparados ou não por decisão transitada em julgado, diante da orientação firmada pelo STF no RE 638.155/CE e da jurisprudência consolidada pelo Tribunal de Contas da União.



Autenticado eletronicamente por **Juiz Federal DANIEL MARCHIONATTI BARBOSA**, Secretário-Geral do Conselho da Justiça Federal, em 06/02/2023, às 19:32, conforme art. 1º, §2º, III, b, da [Lei 11.419/2006](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.cjf.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0427731** e o código CRC **410E4F9F**.